

## ASSIGNATURAS

Por um anno	10.000
Por seis mezes	5.500
Por tres mezes	3.000
Avulso por folha	3040
Anuncios, por linha	3060

A correspondência official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondência das provincias, assim como os periodicos que trocaram com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

As pessoas que quizerem subscriver para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Com estampilha ..... 3.500 réis  
Sem estampilha ..... 3.000 „

A correspondência para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3.500 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—3.ª Secção

Tomando em consideração o que me representou Candida Ludovina Borges, viúva de Roque Joaquim de Faria Bittencourt, encarregado que foi da direcção e inspecção dos enterramentos no cemiterio da freguezia da Ponta do Sol no Funchal, durante a epidemia da cholera morbus em 1856, da qual foi victima, pedindo-me que em attenção ao zelo e dedicação com que seu fallecido marido se desempenhara d'aquellas funções em epocha de tamanha provação, e a que a supplicante por seu fallecimento ficara sem meios de subsistencia, fosse eu servido conceder-lhe uma pensão das autorisadas pela lei de 4 de junho de 1859; e mostrando-se das informações das autoridades administrativas, e dos documentos com que se achava instruido o processo serem verdadeiros os factos allegados; conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem, usando da faculdade conferida ao governo na dita lei, conceder á sobredita Candida Ludovina Borges a pensão annual e vitalicia de 100.000 réis, para a gosar em quanto não passar a segundas nupcias.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Nota dos preços correntes dos fundos publicos da praça de Londres, em 16 de março de 1860

Consolidados.....	em dinheiro	94 1/2 a 94 3/4
Fundus da India.....	em conta	94 3/4 a 94 3/4
		104 1/2 a 104 3/4—104 3/4—104 3/4
FUNDOS ESTRANGEIROS		
Austriacos.....	de 5 por cento	92 1/2 a 93 1/4
Belgas.....	de 2 1/2 „	92 1/2 a 93 1/4
Brazileiros.....	de 4 1/2 „	92 1/2 a 93 1/4
Chilenos.....	de 5 „	102 a 104—103
Dinamarquezes.....	de 3 „	73 a 76
Allemaes.....	de 4 1/2 „	86 a 87
Mexicanos.....	de 5 „	66 a 67
Peruvianos.....	de 2 1/2 „	101 a 103
Russos.....	de 3 „	92 a 93—92 1/4
Sardos.....	de 4 1/2 „	72 a 73—72 1/4
Hespanhoes.....	de 3 „	64 1/4 a 65 1/4—66 1/4
Turcos.....	de 4 1/2 „	97 a 99
Portuguezes.....	de 5 „	84 1/2 a 85 1/2—84 1/2
	de 3 „	45 1/2 a 45 3/4
	diferida	34 a 34 1/2—34 1/2
	passiva	14 a 14 1/2—14 1/2
	certificados	4 1/2 a 5
	interna, de 3 por cento	70 1/2 a 80 1/4
	de 6 por cento	102 a 102 1/2—102 1/2
	de 1858, de 6 por cento	62 1/2 a 63—62 1/2—62 1/2
	de 1853, de 3 „	44 a 44 1/2—44 1/2—44
	de 1856—1857—1859	43 1/2 a 44
	diferida	—

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860.—João Palma de Faria Lacerda.

Repartição de agricultura

## ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTRIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 17.....	85	12	—	—	—	—	—	—	—	—
Existencia.....	795	22	1:105	38	1:447	8	1:131	56	412	40
Entrada, nacionaes.....	36	16	—	—	160	15	—	—	7	10
Existencia.....	726	45	1:066	59	1:495	57	1:079	45	398	34
Preços.....	650 a 840		380 a 420		390 a 480		410 a 430		—	—

Repartição de agricultura, em 22 de março de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

## JUNTA DO CREDITO PUBLICO

1.ª REPARTIÇÃO

Tendo requerido, pela junta do credito publico, D. Maria da Annuniação Freire Folqman, para se averbar, no seu nome, a inscrição do novo fundo de 3 por cento do capital de 100.000 réis. n.º 14:921, o certificado provisório do capital de 50.000 réis n.º 374, e a cautella de minimos do capital de 10.000 réis n.º 561, que lhe ficaram pertencendo como unica herdeira de sua mãe D. Maria do Carmo de Lima Folqman, que o foi de seu avô Alberto Francisco Folqman, ou de Lima Folqman, a quem pertencia a apolice do capital de 200.000 réis com

reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de março de 1860.—REI.  
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se dão de prover, precedendo concurso de 60 dias, que principiará em 27 do corrente mez, perante o governador civil do districto de Castello Branco, a cadeira de instrução primaria, para o sexo feminino, de Castello Branco; e perante o commissario dos estudos do districto de Santarem, as cadeiras da mesma disciplina, de Torres Novas e Thomar; cada uma com o ordenado annual de 90.000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20.000 réis pelas camaras municipales respectivas.

As que pretenderem ser providas nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 30 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal e pelo administrador do concelho ou concelhos onde tiverem residido os ultimos tres annos; e documento por onde proveem que não padecem molestia contagiosa: tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames, na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 23 de março de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

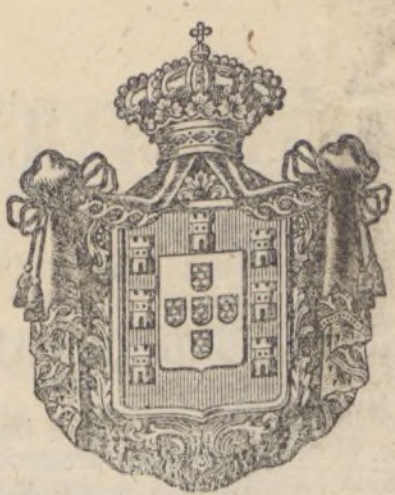
Por officio de 22 do corrente se participou á presidencia da relação do Porto que se achava vago o officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Tondella pela transferencia de Carlos Elisario Maldonado; a fim de se abrir concurso sem demora para o provimento do mesmo officio, e de proceder-se em tudo o mais na conformidade dos decretos de 20 de setembro de 1849, e de 10 de fevereiro de 1858, publicados nos Diarios n.º 222 e 30 dos respectivos annos, bem como da circular de 16 de julho de 1859, publicada no Diario n.º 178.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Por officio do vice-consul de Portugal no Maranhão, datado de 18 de dezembro ultimo, consta ter fallecido o subdito portuguez Francisco Rodrigues Pereira Brandão, solteiro, natural de Lisboa, idade 43 annos.

O que se faz publico para conhecimento dos interessados, os quaes para mais amplas informações poderão dirigir-se a esta secretaria d'estado.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 23 de março de 1860.—Emilio Achilles Monteverde.



## DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

## ASSIGNATURAS

Por um anno	12.000
Por seis mezes	6.500
Por tres mezes	3.500
Communicados e correspondencias, por linha	3060

A correspondência das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

## CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz publico, que precisa comprar para consumo do gado da abegaria da limpeza da cidade 2.000 arrobas de erva verde para os bois, e 1.800 de cevada, tambem verde, para as cavalgadas. As pessoas, que quizerem fazer o dito fornecimento, podem comparecer nos paços do concelho, no dia 29 do corrente, pelas doze horas, em que ha de ter logar este contrato em hasta publica, com as condições que serão presentes; adjudicando-se a quem por menor preço o fizer, se assim convier á vercação.

A camara municipal de Lisboa faz saber, que ha de dar de arrematação, em hasta publica, a factura de umas grades de ferro, para serem collocadas sobre os muros da rampa que vae do largo das Necessidades para a praça de Alcantara. As pessoas, que quizerem encarregar-se da dita obra, podem comparecer nos paços do concelho, no dia 29 do corrente, pelas doze horas, em que ha de ter logar a arrematação, adjudicando-se a quem por menor preço a fizer, se assim convier á vercação; e o projecto das ditas grades desde já pôde ser examinado.

Camara, 23 de março de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

## HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 26 do corrente, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica a compra de 30 peças de panno patente para se estender emplastro; devendo os concorrentes cingir-se á amostra que n'aquelle acto ha de ser presente, e que desde já pôde ver-se na botica do referido estabelecimento.

Outrosim manda annunciar que no dito dia, e pelas mesmas horas, ha de contratar, tambem em praça publica, o fornecimento de lenha, com as condições que estarão patentes no acto da arrematação, e que desde já podem ser examinadas na contadaria do dito estabelecimento.

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 28 do corrente, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento, para tres mezes, dos materiais para obras abaixo designados, conforme as condições que estarão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadaria do mesmo estabelecimento.

Cal em pó, trinta moios  
Dita em pedra, tres moios  
Areia encarnada, tres barcadas  
Dita branca, uma barcada  
Tijolo de alvenaria, tres milheiros  
Dito rebatido, tres milheiros  
Contadaria do hospital de S. José, 21 de março de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

## CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda annunciar o seguinte:

A administração reconhecendo que era do seu dever mandar ensinar um officio a todos aquellos orphãos, que pela sua condição e circunstancias estavam no caso de receber aquelle destino, julgou que devia publicá-las as causas que impediam que esse ensino se desse utilmente dentro da casa pia; e convidou os mestres particulares a vir procurar aprendizes n'esta casa.

Tendo decorrido um prazo razoavel sem que este convite desse resultado algum, a administração resolveu estabelecer um subsidio em dinheiro, que lhe pareceu sufficiente, para os mestres que recebessem aprendizes da casa pia, e assim o annunciam. Não duvidaria mesmo augmentar esse subsidio, se os pertendentes fizessem depender d'esse augmento a acção dos aprendizes.

No intervallo de alguns mezes decorridos, desde então para cá, têm apenas sido procurados pelos mestres dos officios quatorze orphãos, e d'estes alguns voltaram novamente para esta casa por não agradarem aos mestres.

N'estes termos a administração da casa pia vê-se sem meios de poder fazer ensinar officios aos orphãos, que estão no caso de os aprender; e recia que a estada na casa pia em logar de crear nos orphãos o amor do trabalho, para um dia poderem procurar os meios da sua subsistencia, os habitue á indolencia e á perguiza, e lhes faça conceber o pensamento de subsistir toda a vida á custa do estado, isto é, dos cidadãos que trabalham, e pagam os impostos.

Accresce a esta consideração outra da maior importância. A excessiva accumulção de orphãos na casa pia, levada a ponto de violentar todas as administrações a accommodar um grande numero d'elles em claustros humidos e sem ventilação, debaixo de abobadas, pelas quaes tem sido impossivel evitar o filtramento das aguas, e em pavimentos, que têm inferiormente um deposito de materias em putrefacção, e havendo alem d'isso nos dormitorios o dobro, e ás vezes o triplo, das camas que devem haver, é, na opinião de todos os facultativos, que têm sido officialmente consultados, a principal causa das doencas que grassam na casa pia, das opthalmias, das scurifias, das phthisicas, e das constituições enfezadas, que é facil de notar no grande numero dos orphãos da casa pia, resultando d'aqui o arruinar-se para sempre a saude de muitos d'elles.

Entre os diversos meios, que a administração tem empregado, e continua a empregar, para extinguir esse foco de infecção que, segundo a expressão de um dos relatorios dos facultativos, converte um collegio de educação popular em um hospital de doencas, que ali se vão adquirindo, a desaccumulação, é na opinião de todas as pessoas esclarecidas, que têm sido consultadas, o meio mais essencial e effizaz.

Assim a saída dos orphãos para aprendizes em mestres particulares era tambem um dos melhores meios de obter este resultado tão necessario.

N'estes termos a administração da casa pia recorre aos sentimentos de religião e de humanidade de todos os mestres de officios, e das associações fabris de Lisboa e de fóra, supplicando-lhes que a ajudem n'este empenho, e que animados d'estes senti-

mentos venham receber aprendizes de entre os orphãos que ha na casa pia, e que desejam ter este destino.

Belem, 23 de março de 1860.—O director, Francisco de Paula Heitz.

## ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Antonio Gomes de Faria, Anna Magdalena de

## ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VIANNA DO CASTELLO

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Vianna do Castello, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VIANNA DO CASTELLO						
De posta interna.....	—	—	104	111	1:543	11
Do reino e ilhas.....	5:952	4:446	188	53	—	—
Da Hespanha.....	—	—	8	4	—	—
D'além dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	7	6	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	20	28	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	290	7	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMITIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	10:917	7:219	9:971	1:965	2:034	34
Para Hespanha.....	—	—	1:200	46	—	—
Para além dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	45	38	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	256	5	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	6	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	16:869	11:665	12:095	2:263	3:577	45
No mez de fevereiro de 1859 o movimento da correspondencia foi	17:470	9:119	12:509	2:340	2:723	54

Pelo motivo de falta de sellos existe por expedir uma carta para portos estrangeiros por navios. Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Vianna do Castello, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Vianna do Castello, em 1.º de março de 1860.—O administrador, João Pereira da Rocha Paris.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, pelo meio dia, o seguinte:

No dia 29 do corrente a compra de uma pipa de agardente de prova.

No dia 31 o transporte das madeiras cortadas para o serviço da armada, na quinta do Bourro, desde este logar até ao Carregado.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 21 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

## ASYLO DE MENDICIDADE

Conta da receita e despesa d'este estabelecimento no mez de janeiro de 1860

RECEITA			
Saldo do mez antecedente—Papel 1:214.5600...	1:472.5021		
SUBSIDIOS			
De Sua Magestade El-Rei o sr. D. Fernando, 2.º semestre de 1859.....	40.5000		
Do ex. <sup>o</sup> e ill. <sup>o</sup> srs.			
Duqueza de Palmella, idem.....	12.5000		
Duque de Palmella, idem.....	12.5000		
D. Sancho Manuel de Vilhena e Saldanha, outubro a dezembro de 1859.....	1.5500		
J. B. dezembro de 1859.....	1.5000		
Rodrigo da Costa Carvalho, idem.....	1.5000		
Carlos Hutchens, 1856 a 1859.....	19.2000		
Marquês da Ribeira Grande, 4.º trimestre de 1859.....	6.5000		
Martinho Bartholomeu Rodrigues, 1859.....	4.5800		
Morrough Walsh & C.ª, idem.....	14.4400		
João Sugrue, idem.....	9.5600		
Visconde de Benagazil, idem.....	9.5600		
A. R. Blanco, idem.....	4.5800		
José Emmanuel, 1858 e 1859.....	4.5800		
Ascensão de Serpa Azevedo, 1859.....	4.5800		
Francisco de Paulo Castro e Lemos, idem.....	4.5800		
O. Herold & C.ª, idem.....	9.5600		
F. M. Kreibitz, idem.....	4.5800		
José Maria da Silva Rego Junior, corrente anno.....	6.5000		
Seraphim José de Sousa Bastos, idem.....	10.5000		
Ricardo Ernesto de Carvalho, idem.....	12.5000		
Caruthers & C.ª, idem.....	9.5000		
José Carlos O'Neill, 1859.....	4.5800		
Gaspar Gomes dos Anjos, corrente anno.....	9.5000		
Theodoro Van Zeller, 1859.....	4.5800		
Domingos José Vieira, dezembro de 1859, e janeiro de 1860.....	1.5000		
Gregorio Vaz Rans de Campos Barreto Froes, dezembro de 1859.....	1.5000		
Sebastião Duprat, 1859.....	2.5400		
Armando Duprat, idem.....	2.5400		
Antonio Ignacio do Porto, 1860.....	4.5800		
Caetano Felix da Silva, 1859.....	2.5800		
M. D. Galloway, idem.....	9.5600		
A. T. Donner, idem.....	9.5600		
Schindler & Filhos, idem.....	9.5600		
Manuel Carlos Teixeira, idem.....	2.5400		
Bernardino Antonio Gomes, idem.....	2.5400		
José Maria Bergara, idem.....	2.5400		
Viúva Theotônio & Filhos, idem.....	2.5400		
Manuel Freire de Faria, 1858 e 1859.....	2.5400		
Antonio Lodi, 1859.....	1.5200		
José Ribeiro da Cunha, 1859 e 1860.....	24.5000		
Marquês de Ficalho, corrente mez.....	2.5400		
Marquês de Ficalho, novembro e dezembro de 1859, e janeiro de 1860.....	3.0000		
Diogo Antonio Borges da Silva, 1859.....	2.5400		
Felix Pereira de Magalhães, idem.....	2.5400		
Charles Gauld, idem.....	28.5800		
Bernardino Martins de Sena, prestação.....	2.2500		
José Baptista dos Santos, idem.....	1.5000		
Francisco José, idem.....	1.5100		
ESMOLAS			
Do sr. A. Dos ex. <sup>o</sup> e ill. <sup>o</sup> srs.	100.5000		
Condesa de Penafiel, snifragando a alma de seu ex. <sup>o</sup> pae, o conde do mesmo titulo.....	100.5000		
Anonymous, por uma vez.....	4.5500		
Libanio Antonio Gomes, idem.....	2.2500		
Francisco Sanchez Xara, idem.....	20.5000		
LOTERIAS			
Do thesorreiro da santa casa da misericórdia de Lisboa, 5.ª extracção do 4.º trimestre de 1859.....	222.5792		
Dito, 1.ª extracção do 1.º trimestre do corrente anno.....	222.5917		
BENEFICIOS			
Recebido por conta do beneficio, que teve logar			
FUNERAES			
De Pedro Martins Gonçalves, esmola pelo acompanhamento de 18 asylados no funeral de D. Maria Rosa de Sousa.....	36.5000		
De Christian Augusto da Silva Malafafa, 12 asylados no funeral de seu pae.....	5.5760		
De Francisco Moreira, 24 asylados no funeral de João Cancio de Mattos.....	28.5800		
De Camillo Raymundo Ramalho, 6 asylados no funeral de João Camillo Junior.....	2.8880		
GERCA			
Producto de 175 limões vendidos.....	5700		
ESPOLIOS			
De espolios de um asylado fallecido.....	1.5700		
OFFICINAS			
Producto de obra de sapateiro para fóra.....	2.2820		
Idem de tecelão.....	5700		
Idem de torneiro.....	5670		
CADEIRAS			
Productu das cadeiras no Passeio Publico.....	6.3350		
COPOS DE AGUA			
Idem dos copos de agua no dito.....	5135		
Total—Papel 1:289.5600.....	3:043.5125		
DESPESA			
Despendido com o sustento dos asylados.....	983.5692		
Idem com o vestuario.....	201.8360		
Idem com a lavagem de roupas.....	42.5990		
Idem com o tabaco.....	49.5050		
Idem com a botica.....	19.5380		
Idem com os reparos no edificio.....	27.5525		
Idem com os asylados que foram aos diversos funeraes.....	8.5640		
Idem com o expediente.....	1.8750		
Idem com as luzes.....	11.5350		
Idem com objectos para uso.....	40.5000		
Idem com a abegaria.....	7.5520		
Idem com as miúdas.....	15.5753		
Idem com os negócios forenses.....	9.5000		
Idem com os guillemetados e missas de requie.....	5.5000		
Idem com o ordenado do capellão.....	8.5393		
Idem com as gratificações aos asylados de ambos os sexos pelos diversos serviços da casa e officinas.....	43.5690		
Idem com os ordenados dos empregados.....	78.5400		
Saldo para o mez de fevereiro—Papel 1:289.5600.....	1:493.5692		
Total—Papel 1:289.5600.....	3:043.5125		
Teve o asylo, no presente mez, os seguintes donativos e tomadias em especie:			
Donativos—Dos ex. <sup>o</sup> srs. caixas geraes da companhia do contrato do tabaco, 10 arrateis de simonte e 10 ditos de rollo e dos ill. <sup>o</sup> srs. Viúva & J. B. Burnay, 6 canadas de azeite de purgueira.....			
Tomadias—Da alfandega municipal, 5 arrobas e 30 arrateis de carne.....			
EXISTENCIA DOS ASYLADOS			
Homens.....	373		
Mulheres.....	337		
Total.....	710		
Asylo de mendicidade, 31 de janeiro de 1860.—O provedor, José Isidoro Guedes.			







cada uma, montando a despeza d'estes dois caminhos a 9.484.480\$000 réis, que traduzidos em títulos de divida fundada montam a uma verba, que não é possível calcular, porque não se pode calcular o valor porque se não de passar esses títulos, mas que não trará ao estado um aumento de divida menor de 30.000.000\$000 réis. Alem d'isto trata-se da adjudicação por noventa e nove annos das duas primeiras linhas ferreas do paiz, base necessaria de todo o seu commercio, e por isso de um incalculavel alcance no futuro.

O illustre deputado que o precedeu, disse que esta questão era essencialmente financeira, essencialmente economica, e acrescentou que não se pôde governar, sem se fazerem caminhos de ferro.

Estas palavras impressionaram-nos, e não podiam deixar de ter impressão na camara. Quando viu a facilidade com que o orador que o precedera interpretava de um modo tão favoravel a faculdade do governo reconhecer direitos nas obras que contratava com peritos technicos; a faculdade que tinha de alterar condições essenciais nos contratos; a faculdade de interpretar o artigo 44.º do contrato em discussão, a respeito do qual suppoz sempre não poder haver a menor duvida; quando viu que um homem de talento incontestavel podia tão habilmente inverter a intelligencia mais clara das cousas, ficou com tal medo ao sr. deputado que recia confessar que está de accordo com elle (*riso*).

Ninguém contesta a utilidade dos caminhos de ferro; está persuadido de que se se trouxesse a uma estação de caminho de ferro o homem menos civilizado, e se lhe mostrasse uma locomotiva, e era o primeiro a desejar levar immediatamente um caminho de ferro para a sua terra.

O que se discute não é a vantagem dos caminhos de ferro; o que se tem sempre discutido em todos os paizes, em todas as nações nas circumstancias em que nós estamos, é a questão dos meios (*apoiados*).

Em uma nação cuja situação financeira é a que descrevem o sr. Gavicho, onde há a exigua receita de 12.000.000\$000 réis, dos quaes mais da terça parte é para pagar juros, onde, com as duas terças partes que restam, ha difficuldade em supprir as despesas correntes; em um paiz onde de uma parte se pedem moras nos pagamentos das contribuições, de outra parte se pedem empréstimos ao governo para obras puramente municipaes, de outra parte se pede até dinheiro para comprar enxofre para os vinhos; em um paiz n'estas circumstancias, parece que uma questão d'esta magnitude é digna de uma meditação particular (*apoiados*).

Sabe que muitos estados tem vivido com o deficit; sabe que tem combinado habilmente o deficit com o credito, e que esta combinação feita com muita habilidade tem chegado não só a salvar, mas a engrandecer algumas nações. Mas o deficit é sempre uma molestia grave: têm-se curado em alguns paizes pelo desenvolvimento da riqueza publica, e aumento da receita do estado; mas quer curalo por novas doses de deficit, parece uma homopatia deploravel. Abusa-se de mais a mais d'este systema, que já é má, de uma maneira altamente reprehensivel; abusa-se quando se pagam sommas indevidamente a empreiteiros e a companhias que não cumprem aquillo a que se obrigaram; abusa-se quando se desviam os fundos destinados a uma certa obra, como já vimos com o caminho de ferro do norte, e estes abusos sempre crescentes peioram cada vez mais a situação, e fazem recrudescer a gravidade da molestia. Os caminhos de ferro devem ser um instrumento de prosperidade, e não podem ser um pretexto para desperdícios, nem uma especie de prensa hydraulica para esmagar o contribuinte: o caminho de ferro inventou-se para fazer bem aos povos, e não para lhes fazer mal.

Não ha locomotiva de caminho de ferro que lute sem difficuldade com a locomotiva barata que offerece um barco em um rio. Um caminho de ferro luta com um canal, porque n'um canal ha um capital empastado e um juro a pagar; mas n'um rio onde o capital foi fornecido pela Providencia, onde não ha juro a pagar, e onde os conductores da locomotiva se contentam com um bocadinho de pão de rala, acompanhado de qualquer conductedor, o transporte é tão barato, que o caminho de ferro luta difficilmente com elle. E já que contra sua vontade tocou n'esta especie, declara que não dá grande importância á questão das tarifas: approvaria mesmo a alteração offerecida n'este ponto, se julgasse que um contrato feito em praça publica era susceptivel de alterações que não fossem feitas lá; porque considera o Tejo o maior e o melhor regulador das tarifas do caminho de ferro. N'estas circumstancias não considera as actuaes tarifas um grande beneficio feito ao povo, mas também não considera a alteração d'ellas um immenso beneficio feito á empresa.

Calcular os recursos do paiz em relação ás despesas, não só dos caminhos de ferro que temos a fazer, mas em relação a todas as outras obras, que são muitas e que lhes correspondem, é resolver a questão dos caminhos de ferro. Por isso entende que vamos n'um caminho errado discutindo primeiro os caminhos de ferro, antes de discutirmos os assumptos de fazenda, d'onde devem partir os recursos. Mas não se oppõe a esta marcha, porque como diz um ditado francez: *quant tout le monde a tort, tout le monde a raison*. Uma vez que todos entendem que vão bem marchando n'esta ordem inversa, elle, orador, marcha pelo mesmo caminho, confiado na Providencia.

Está nos termos de ser approvado o contrato de 14 de setembro de 1859. Está. Devemos approvar as modificações feitas a esse contrato? Não. Entende que o contrato está nos termos de ser approvado, não, porque o considere só util a uma parte contratantes; mas porque o considera acceptavel por parte do governo, vantajoso como empresa industrial, e tão util ao paiz como ao concessionario, ou á empresa que tomar os caminhos de ferro.

Já se tem discutido na camara os diferentes systemas de contratar, e qual é o melhor.

São indubitaveis as maiores vantagens de contratar com garantia de minimo de juro, porque ha vantagem em não empastar capitales, em não pagar o juro minimo que se garante, senão em determinadas circumstancias, e em partilhar os lucros com a empresa, quando o rendimento do caminho de ferro vae alem do juro maximo; o caso está em haver com quem contratar por este systema. Mas um paiz como Portugal, Grecia, Turquia, e ainda outros, não pôde achar com quem contrate por este systema. Logo, dada esta impossibilidade, não diz que se não façam por subvenção. A subvenção é por conseguinte uma condição forçada para o governo portuguez, e em ultima analyse ella equivale a uma garantia de um certo juro, com a differença de que é paga logo, quando a garantia de minimo de juro é satisfeita em determinadas circumstancias.

É claro que uma companhia considerando a subvenção como um capital a render, pôde com esse rendimento garantir um certo juro aos seus accionistas, e que a subvenção assim considerada é uma garantia de um certo juro, mas uma garantia definida, determinada, e que não está dependente das eventualidades da exploração, como a do minimo do juro.

Quando compara os nossos caminhos de ferro aos de Hespanha, com os quaes elles têm mais analogia, vê que não se têm dado ali subvenções maiores do que nós damos a este concessionario, e que

a exploração dos nossos caminhos é pelo menos igual á dos hespanhoes; logo, conclue que o contrato de 14 de setembro, feito pelo governo com o concessionario, é um contrato vantajoso para elle, e está nas circumstancias de se cumprir.

Ha no projecto uma alteração notavel ao contrato: é a que consiste no alargamento do carril. A este respeito dizem as illustres comissões que a sciencia do movimento de accordo com a economia, têm reconhecido a vantagem de um carril mais largo, porque ha mais estabilidade, menos probabilidade de sinistros e mais economia. Esta questão do alargamento do carril é uma das questões mais amplamente debatidas de que tem noticia: chegou mesmo a ir ao parlamento inglez, e uma comissão de inquerito estudou-a e apresentou um bem elaborado parecer, cuja conclusão é quanto ao aumento da estabilidade, e quanto ao aumento da economia no carril mais largo, que o primeiro não é bem sensivel, e que o segundo não é nenhum, antes traz consigo um acrescimo de despeza.

Ha carris de todas as larguras; mas o carril que é typo geral no continente da Europa e da America é o que tem a largura 1.44. A questão do alargamento dos carris não é de tal modo liquida que se possa dizer que o carril largo é o melhor; tem seus limites, tem seus prós e contras como todas as cousas d'este mundo. E tanto não é liquida, que o governo hespanhol, um dos ultimos que se empenhou na construção dos caminhos de ferro, augmentou o carril da ordenança de 0.23, contentando-se, para assim dizer, com uma especie de pastelleria, com um *junte melieu*.

Nem houve razões ponderosas que tivessem levado o governo portuguez a adoptar o carril de 1.44 quando se começou a fazer o nosso caminho de ferro; nem isto era negocio que se entregasse ao acaso; nem negocio que se reconsiderasse todos os dias. Esta reconsideração que se faz agora da parte do mesmo governo que tinha adoptado aquella largura, leva-o a concluir que foi completamente obra do acaso, e dependente da naturalidade do empresario. Aquella empresa era inglez e gostava do carril de 1.44, e o governo portuguez também gostou; agora o empresario é hespanhol, gosta do carril de 1.67, e o governo também; elle, orador, desajava que esta questão fosse resolvida por uma vez, porque recia de que venha outro concessionario que goste de outro carril, e que se perca depois quanto se tiver feito, por quanto agora calcula em que a alteração que se aceita ha de custar 400.000\$000 réis no material fixo e circulante que para ali fica inutilizado.

As considerações que determinam este negocio, que é muito simples, não podem ser relativas á passagem, ao movimento da linha. As outras considerações, essas são que a largura das bermas é determinada pela consistencia que deve ter o leito do caminho para que as terras não esborcem pelo estreitamento a que está exposta a travessa, e pela fendilhagem que se abre na terra, e por isso mesmo a largura das bermas está dependente da qualidade das terras: segundo ellas são mais ou menos compactas, assim a largura das bermas pôde ser maior ou menor. Adoptou-se uma largura constante por uniformidade; adoptou-se uma largura alem d'aquella que é strictamente necessaria, porém aqui não ha outra consideração scientifica.

Esta questão é tão simples, que os illustres deputados mais estranhos a estes assumptos, a têm comprehendido perfeitamente.

Sé o empresario cumprir o contrato tem de fazer mais um metro de atterro no leito; e se o não cumprir é isso muito mau. Elle tem muitos recursos, em primeiro lugar n'uma grande parte dos caminhos portuguezes, principalmente no caminho de ferro do norte, em que abundam os terrenos graniticos e feldspathicos não ha necessidade de balastro; e em segundo lugar sabe como se arranja o balastro e como se combinam todas as cousas de maneira a não haver duvidas e contestações.

Ora elle, orador, confessa que não dá grande importância a esta questão, e que a considera como um pretexto, porque o concessionario desejou dar alguma cousa em troca de uma concessão, que essa então é mais importante, e escolheu isto para dar em troca da segunda via, que não custa a cifra constante dos calculos feitos na camara, custa mais alguma cousa.

Elle, orador, tem tomado uma grande aversão ás cifras, porque vê que um homem habi a manejar cifras demonstra tudo quanto quer. Já viu uma demonstração arithmetica a respeito do contrato *Langlois*, pela qual ficava provado que 39 era igual a 40 (*riso*): tal é habilidade de um calculista! E encontrou muita gente que lhe perguntasse se com effeito 39 era igual a 40 (*riso*).

Não sabe se tem patenteado bem á camara qual é o seu ensamento n'esta questão, se a tem exposto bem ou se tem deixado de dizer alguma cousa.

Pelo que respeita á altura dos tunnels deve dizer ao illustre relator da comissão que actualmente não é essa altura calculada para a chaminé, porque para ella nem precisava de ser tanta, uma vez que a chaminé tem 4 metros; essa altura foi calculada para o caso, muito vulgar nos caminhos de ferro, de ir uma diligencia no truck. Ora tendo os tectos dos tunnels a forma de uma abobada, e por isso indo diminuindo as flechas, as ordenadas, é muito mais facil medir a altura no rail exterior, mas é indifferente que seja medida no eixo do caminho. A propria questão da altura dos tunnels é pois também uma questúncula.

Pelo que toca á largura dos tunnels, ainda que algum esteja dentro do tunnel, quando vem um comboio, ha tempo, e muito, para sair, mas não se querendo sair não ha mais do que passar de uma das vias para a outra, e deixar passar o comboio. Nem ha necessidade dos taes nichos (*riso*).

Os nichos são bons...

O sr. *Thomaz de Carvalho*—foram propostos pelo conselho das obras publicas.

O orador:—foi um excesso de previdencia da parte do conselho. Vendo que era a epocha dos nichos (*riso*) propoz-lhos, mas não são necessarios.

Tendo demonstrado que esta questão não é fundada nos principios da sciencia, porque se o fosse não soffria alterações, faz completa justiça á empresa, porque tem um concessionario da ordem do sr. Salamanca, que tem a seu serviço engenheiros de grande capacidade, e não pôde acreditar que elles creiam n'estas reclamações, que todavia são engenhosas.

E tanto a verdade tem calado no animo de todos os nobres deputados, que o proprio orador que o precedeu, abandonou a questão dos atterros e desaterramentos, quando tratasse a questão perfeitamente, encareando-a debaixo do ponto de vista administrativo.

Não pôde perceber como o nobre deputado comparou com um particular o governo a contratar, porque um particular dispõe soberanamente d'aquillo que é seu, e o governo, n'este caso, não é um proprietario, é um administrador; e porque em contratos d'estes figuram officialmente os peritos technicos, que não se pôde admitir que contratem e combinem uma cousa, e uma hora depois digam que se enganaram.

Mas vem o illustre deputado e diz: «Os contratos não se cumprem, nunca se cumpriram.» E desgracadamente é verdade, e também é verdade que isso não acontece só em Portugal, acontece também na Hespanha em quanto aos prazos. O caminho de ferro de Madrid a Almanza, que é muito do co-

nhecimento do concessionario, teve prorrogação de prazo, uma vez por dez mezes, e não sei se se ouve. O caminho de ferro de Cordova a Sevilla teve prorrogação de prazo, só de uma vez de dois annos, e ainda está muito longe de estar acabado.

Os contratos não se cumprem, é verdade, e entre nós menos do que em parte nenhuma, porque nós sempre n'estas questões as inficionamos com a maldita politica, e em lugar de nos encostarmos ao direito, encostamo-nos ao torto (*riso*).

Ha contudo alterações de contratos, modificações de diversa natureza. O illustre deputado, por exemplo, citou as alterações nos contratos da *compañia de viação portuense* e do caminho de ferro do sul, tocando assim na corda sensivel a elle, orador, porque sabe que foi o engenheiro, tanto de uma como de outra empresa, e está muito ao facto do que aconteceu.

A *compañia de viação portuense* é verdade que não cumpriu o seu contrato, mas também é verdade que o governo não cumpriu as estipulações d'esse contrato, porque a primeira cousa que fez foi não mandar para lá pessoa competentemente habilitada para fiscalisar, e depois tratando-se da construção da estrada de Guimarães foi mandar dizer á companhia que não fizesse a estrada; não se refere ao nobre ministro actual, porque isto é muito antigo. Agora já a estrada vae adiantada, e não é de certo aquella companhia a de que o paiz tem mais a queixar-se, porque, tendo tomado sobre si a iniciativa dos trabalhos das estradas do Minho, tem dado grande impulso a elles (*apoiados*).

Com referencia ao caminho de ferro do sul deuse o mesmo caso. Alterou-se o contrato. A companhia era, por exemplo, obrigada a empregar carris de 17 kilogrammas, empregou os de 30; não era obrigada a fazer despezas de grandes construções nas estações, e fez uma estação magnifica; podia trazer curvas de pequeno raio, não trouxe nem uma só inferior a 500 metros; não era obrigada a fazer grandes alinhamentos rectos, e fe-los; n'uma palavra, a companhia do caminho de ferro do sul com os seus recursos, com os seus meios contrahou uma obra, executou-a, e isso não o têm feito todos os concessionarios (*apoiados*).

Agora em relação ás alterações feitas nos contratos dos caminhos de ferro francezes, é verdade que se deram, mas em virtude de uma crise, n'um momento de revolução, quando a republica tinha entrado pela França dentro, e tinha declarado que os caminhos de ferro eram de todos, mas não das companhias. Ali é que se deu o caso de força maior.

Formuladas as reclamações por parte do empresario, propoz elle ao governo a supressão dos atterros para a segunda via, e essa supressão tem sido o objecto principal d'este debate. Por um lado o sr. Lobo d'Avila diz: «dispensar a companhia de fazer este trabalho é metter-lhe na algibeira perto de 2.000.000\$000 réis; se esta economia é feita a favor da nação, eu approvo que se amiguelhe a segunda via, mas se esta concessão é em vantagem do empresario, então digo que não estamos em circumstancias de fazer tão grande esmola (*apoiado*).» Por outro lado vêm os nobres deputados que sustentam as modificações e dizem: «a concessão que se faz á companhia não importa em 2.000.000\$000 réis, importa, segundo um calculo do sr. Mamede, em 840.000\$000 réis.» Ora, quando seja esta a somma e não aquella, era a somma sufficiente para se fazerem obras, por exemplo, no districto de Faro, que tanto precisa d'ellas (*apoiados*); no d'ello, orador, na Guarda, que não conhece o ministerio das obras publicas senão por ver ali nos papéis officiaes uma portaria, mas que nunca viu uma picareta.

Estes 840.000\$000 réis que faziam o engrandecimento de muitos districtos do paiz, são muito mal aproveitados, e este é talvez o argumento do sr. Lobo de Avila. Este argumento não pôde a camara contestar-lo.

Quanto porém á cifra, não pôde deixar de fazer algumas observações: o illustre confeccionador do calculo apresentou-o de maneira tal, que até tem cascas decimas!

Se visse que o illustre auctor d'esses calculos tinha tomado a media do preço das terreplengens d'esses caminhos que vem nos mappas de *Perdonet*; se tomasse a media do custo d'esses atterros, aceitava a cifra, apesar de não saber quanto custa o kilometro d'esses nossos caminhos, porque tudo é um calculo que não tem base; mas suppondo que o preço é de 40.000\$000 réis, se a media da terreplengem em França, cujo preço se aproxima muito do custo d'ellas em Portugal, desse uma cifra correspondente á sexta parte, dava o calculo por bem feito. Mas o illustre deputado veio estabelecer a relação d'essa terreplengem com o preço total dos caminhos de ferro lá, e como n'esse preço entram verbas exclusivamente mais fortes que cá, como é a despeza de expropriações, onde no caminho de ferro de Paris a Strasburgo se gastaram 10.000\$000 réis por kilometro, e como entram grandes despezas de material circulante que deve haver n'este caminho, porque lá uma machina é calculada para tres kilometros, e dizem-lhe que ultimamente para duas, e uma machina custa 12.000\$000 réis, já a camara pôde ver, quanto sobe d'este modo calculado o preço kilometrico de caminho de ferro.

Este negocio é importantissimo, e cre que a boa fé do illustre deputado, e o pouco habito que tem de calcular estes mappas com que os homens technicos estão mais acostumados, o levou a essa apreciação inexacta. Mas ha outro erro mais crasso.

No mappa de *Perdonet* ha uma casa que se intitula *d'ouvrages d'art couverts*, e o illustre deputado devia ver que n'essa casa não estavam as pontes. E porque? Porque, para as pontes ha lá outra casa. Também não eram viaductos, porque ha outra casa para viaductos, e então que obras de arte correntes eram? (*Uma voz*:—o mappa é copiado).

O que se entende por *ouvrages d'art couverts*? O que é, são aqueductos, pontelhões, e outras obras que estão ligadas com a terreplengem. Quando se recorre a um mappa, a primeira cousa que é necessaria é entendê-lo. Pois estuda-se um mappa, combinam-se as cifras, e no fim de contas esquece-se uma verba que é importante?

Quando o illustre deputado calculou em réis 840.000\$000 a importancia dos movimentos de terra, que ficam adiados para quando tiver logar o assentamento da segunda via, achou o calculo enganoso. (O sr. *Mamede*:—espero ouvir o do illustre deputado.)

O preço medio das terreplengens dos caminhos de ferro francezes, é que, a querer-se recorrer a essa base, deve ser tomado para apreciação dos trabalhos de terreplengem dos dois caminhos; devendo notar ainda que, os nossos caminhos acham-se em uma situação excepcional, porque o nosso paiz é muito torturado, muito cheio de valles estreitos, o que augmenta a despeza d'este genero de trabalhos; e o caminho de ferro do norte ha de encontrar grandes difficuldades.

Não quer fazer castellos de cifras, mas intende que as terreplengens nos nossos caminhos de ferro, nunca se pôdem reputar menos de 12.000\$000 réis por kilometro; e se se pedisse agora apresentar o calculo das despezas feitas com a terreplengem no caminho de ferro do sul, apesar de ser um caminho facil, os illustres deputados haviam de ficar admirados de o ouvir. Calculando portanto 12.000\$000 réis por kilometro para as despezas de terreplengem do caminho de ferro de que se trata, parece-lhe não ser exagerado.

Os illustres deputados extasiaram-se diante do pouco tempo em que se promete que havemos de fazer o caminho de ferro do norte; e o sr. ministro disse que o concessionario já foi abrir os trabalhos, e que andou á procura de uma secção, onde os trabalhos fossem bem difficeis. O concessionario foi ao Tejo e disse, aqui não ha nada difficil: esta ponte do Tejo deixa-se para o ultimo semestre, e quando estiver para acabar o praso faço-a então: a ponte do Zezere também não é nada difficil, vou procurar uma ponte grande, uma ponte de oito metros!

Se os illustres deputados tinham empenho sincero em que os contratos que foram submettidos á camara sejam uma realidade, e que o caminho se faça em um praso razoavel, pedia-lhes que não admittissem o encurtamento dos prazos, porque é até uma falta de consideração da parte do concessionario para com o governo, e uma falta de consideração da parte do governo para com a camara, vir propor uma cousa que era impossivel de se fazer; e antes quer um praso mais longo com tanto que dê garantias de que o caminho de ferro se faça, do que virem com um praso illusorio, com o proposito firme de o illudir para captar o seu voto, mas voto que nega.

Ha obras no caminho de ferro que se não fazem em todo o tempo que o concessionario tem para concluir o caminho, e uma d'ellas é a ponte do Tejo: esta ponte não a acabaria o concessionario no tempo que lhe é marcado no contrato inicial. Admittir portanto menor prazo, é dizer que queremos ser illudidos; e a seriedade é a primeira condição d'estas obras.

É tão empenhado como os srs. ministros, como a maioria da camara, ou como todos os portuguezes, que se leve avante esta obra do caminho de ferro da fronteira de Hespanha, assim como que, a importantissima obra do caminho de ferro do norte se faça, e por isso mesmo que deseja que estas linhas ferreas se construam no nosso paiz, é que deseja que se faça um contrato serio, e em condições acceptaveis de industria e de boa execução. Não quer que se aciem propostas de empresas que ellas não podem cumprir, e é por isso que não quer que se aceite o encurtamento dos prazos.

O que aconselhava ao governo é que mantivesse ainda n'esta parte o contrato inicial que está em condições de vir a ser uma verdade, e por isso voto pelo contrato inicial e contra todas as modificações (*vozes*:—muito bem).

O sr. *Costa Lobo*:—não pôde seguir os illustres deputados que o precederam, nem na fluencia e expressão de idéas, nem na belleza de estylo e correção da phrase: fará um discurso como desordenado, mas no meio d'este discurso a camara descobrirá algumas razões que espera não de levar o convencimento ao espirito de alguns srs. deputados que tem atacado o contrato.

Na questão de fazenda, na questão dos meios financeiros dirá tão somente duas palavras que significam um protesto do deputado que falla. As nossas circumstancias são boas? Não. Os sacrificios que será necessario fazer são grandes? Não. D'isso persuadido, e desde já põe que ha de votar os meios para os melhoramentos do paiz, se é que o paiz quer ter esses melhoramentos.

As nações não morrem, mas definham-se; e se não vão ao tumulo aproximam-se d'ello. Não morrem, mas de certo, e infelizmente, nações vemos nós mortas na historia. Vemos o que foi Roma; como nação politica era a cabeça de todo o mundo, e hoje se não fosse a cadeia de S. Pedro estaria deserta; mas senta-se ali o chefe de 200 mil milhões de catholicos, e em quanto elle lá estiver, que espera estará sempre, Roma não pôde estar deserta.

Declara á nação, declara-o como representante do paiz, que ha de votar todos os encargos que forem necessarios, para que o paiz reviva (*apoiados*). Nunca em tempo algum recusou a sua vida ao paiz, e hoje mesmo, na idade em que está, não ficaria na retaguarda em defeza da independencia nacional se esta fosse posta em risco (*apoiados*).

A nação não pôde morrer, mas pôde definir; pôde não ser levada ao tumulo, mas pôde ser levada até ás portas do tumulo (*apoiados*).

Todas as nações têm vias acceleradas, nós não as temos; o homem em outros paizes anda hoje quinze e vinte leguas em duas horas indo nos wagons do caminho de ferro, nós ainda hoje precisamos de uma hora para andar uma legua! Quando todas as nações marcham no caminho da civilização e do progresso, nós estamos parados; e quando o seu commercio e as suas industrias se desenvolvem, as nossas conservam-se estacionarias!

Hoje o mundo não é das classes nem das illustrações de sangue, é do merecimento, é do talento e da industria. Uma nação qualquer vae a todos os portos do mundo com a sua intelligencia e com a sua industria, e nós não vamos nem podemos ir a parte alguma, estamos n'um completo extacamento.

Nós temos o bello porto de Lisboa por onde podemos receber os hospedes que vierem da Oceania, da Africa, da Azia e da America; temos uma porta para os receber, mas não temos uma porta para sair (*apoiados*).

N'este estado a primeira cousa em que se deve pensar, é em dar vida e movimento ao povo abatido. Quando todas as cidades caminham, Lisboa está parada, abatida e definida (*apoiados*).

Pede aos representantes do paiz que metam a mão na sua conciencia, e digam se isto pôde continuar assim? Não pôde (*apoiados*).

Diz-se: mas o paiz não pôde. Pois um paiz que pôde conquistar Ceuta e Tanger, onde o poder dos marroquinos era dez vezes maior; um paiz que conquistou e conservou tantas outras posições, não pôde fazer alguns sacrificios para em troca obter os melhoramentos de que tanto carece, a fim de collocar-se a par de outras nações que d'elles gosam ha tanto tempo? Pôde de certo (*apoiados*).

É necessario que o paiz saia da triste situação em que está, é necessario chegar a uma melhor situação, e esta só se adquire com grandes sacrificios.

Quer protestar na camara que vota todos os melhoramentos para o paiz, com tanto que os representantes do paiz estejam, como elle, na resolução de votar quaesquer sacrificios, e prestar os meios necessarios ao thesouro para se verificarem esses melhoramentos, porque sem isso não se poderá conseguir cousa alguma; com um thesouro pobre não se obtém nada; os thesouros publicos são como as grandes fontes de agua, que matam a sede a muita gente, e que valem nas grandes calamidades.

Quem prestou os primeiros e principaes socorros durante a epidemia da febre amarella? O thesouro. Na da cholera-morbus, na desgracada fome das ilhas? O thesouro. Quem salvou os habitantes da Madeira de morrerem de fome? O thesouro mantendo ali as obras publicas em grande escala, e empregando braços n'essas obras, que aproveitaram o producto das economias que poderam fazer, e foram semear pão, e plantar canna de assucar, onde d'antes era vinha, e hoje a Madeira é mais portugueza do que era então; hoje as classes baixas são mais felizes do que estavam no tempo em que ali havia grande produção de vinho, e este genero tinha grande preço.

Portanto não é uma cousa indifferente nem insignificante fazer com que os recursos do thesouro sejam augmentados, porque só assim é que os melhoramentos materiaes do paiz poderão ser igualmente augmentados.

Acompanha, pois, o ministerio quando vae passo a passo indicando os melhoramentos publicos; quando os vae propoendo e ao mesmo tempo tem força para apresentar á camara os meios que julga indispensaveis para augmentar os recursos do thesouro.

É assim que entende pugnar pelos interesses do seu paiz, e quando os seus electores entenderem que fallando assim, não falla no interesse do paiz, nem um momento quer estar na camara, e largará uma cadeira, que tem mais espinhos do que rosas.

É muito difficil a questão que occupa a camara, e precisa de ser bem considerada e meditada debaixo das suas diversas relações. Não deve ser tratada de maneira que se apresente a empresa a perder, porque isso é o mesmo que excluir de taes empresas todos os homens que podem concorrer a ellas com os seus capitales; não attribuir á companhia grandes lucros, que não são exactos; nem exagerar os sacrificios que o paiz tem a fazer para obter os caminhos de ferro, porque isso será privar-lhe d'este grande melhoramento.

Não conhece o concessionario; sabe apenas o seu nome; sabe que é um cavalleiro que já esteve nos conselhos da sua soberania, que já foi muito victoriado pelos serviços que fez a Hespanha, em consequencia dos caminhos de ferro que ali intentou, e uma pessoa que respeita, não tem nada com elle, mas vê n'ello um empresario que vem fazer um bem ao paiz, e é quanto lhe basta. Está persuadido de que elle cumprirá o seu contrato, e se o não cumprir será o primeiro a pedir ao governo que seja inexoravel para com elle, e o faça cumprir o seu contrato (*apoiados*).

Disse o sr. Garceiz que quer o contrato primitivo sem as alterações, por que quer o caminho de ferro feito; porém a isto responde que quer o contrato primitivo com as alterações porque quer o caminho de ferro feito (*apoiados*). Também s. ex.ª disse, que era indifferente que as larguras fossem grandes ou pequenas. Não lhe parece porém cousa indifferente a largura do caminho; e deseja que na construção do nosso caminho haja a mesma largura que tiver aquelle com que vae entrar; porque não quer que depois de uma ou duas horas de viagem os wagons tenham de largar as fazendas e os passageiros para passar para outros. Refere que ainda não ha muito tempo que passou d'um paiz para outro no mesmo wagon em que tinha começado a sua viagem; e por isso é necessario que as larguras das vias de um paiz sejam iguaes ás das outras com que vae entrar, e por isso é muito importante a questão das larguras (*apoiados*).

Desde que o empresario declarar, que as medidas que se lhe apresentaram eram para um caminho estreito, e que tinha contratado e queria fazer caminhos largos, esta reclamação devia ser atendida, e as medidas que foram dadas para caminhos estreitos não podiam servir. Isto é convincente, e muito bem fez o governo em trazer ao parlamento as duvidas que se suscitaram; porque assim o negocio é resolvido mais brevemente do que n'um tribunal arbitral, tira decisão pouca ser desfavoravel ao governo, e tira futuras questões.

Em 1852 fez-se a primeira tentativa para termos caminhos de ferro, e leva-los até á Hespanha. Esteve então com o sr. ministro (hoje do reino) n'esta tentativa, julgou então que nós seriamos os primeiros a ir á raia cumprimentar os hespanhoes; mas o governo hespanhol não teve as mesmas idéas, e apesar dos muitos regos e instancias que se fizeram, não se resolveu a decretar uma linha ferrea em direcção á fronteira de Portugal, e pelo ponto que se julgava mais appropriado; mas agora, felizmente, o governo hespanhol resolveu a questão, e já lá se fez uma secção de caminho de ferro em direcção a Portugal; está outra em construção, e outra contratada; e assim em breve espera, pela construção do nosso caminho de ferro, servirmos de mais uma porta para levar os nossos generos ao estrangeiro, e trazer de lá aquelles de que precisamos.

O paiz precisa d'este e de outros melhoramentos; o paiz pede-os; o paiz deve pagar o que pede e o que deve, e é necessario dizer ao sr. ministro da fazenda, que para isto não bastam as medidas que s. ex.ª apresentou, é necessario muitas outras, e pede a s. ex.ª que pense na maneira de attender a este ponto.

Em quanto a fazer-se o caminho com brevidade, está persuadido de que se pôde fazer; está persuadido de que o concessionario sabe muito bem que isto é um negocio serio, e que elle preza a dignidade da sua pessoa, para se não deixar comprometter.

Como dêsse a hora, fica com a palavra reservada para amanhã.

O sr. *Presidente*:—dá para ordem do dia de amanhã a mesma de hoje, e levanta a sessão. — *Eram quatro horas da tarde*.

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Coimbra—Temos á vista, diz o *Conimbricense*, o relatório e contas da direcção da sociedade *Philanthropico-Academica de Coimbra*, relativo ao anno de 1859-1860.

Esta sociedade, que estava na maior decadencia, acha-se hoje com esperanças de um bello futuro, graças aos incançaveis esforços da ultima direcção, e sobre tudo ao generoso donativo de mr. Herrmann. E de esperar que a academia se não negará a tomar debaixo da sua protecção um instituto, que pôde ser de tanta vantagem para os estudantes intelligentes, mas desajudados da fortuna.

A receita da sociedade desde 13 de janeiro de 1859 a 1 de março de 1860 foi a seguinte:

Saldo effectivo em 16 de janeiro 402\$805 réis; pelo producto de mensalidades 116\$275 réis; por occasião da matrícula 24\$040 réis; pagamento de empréstimo 14\$000 réis; receita do mr. Herrmann 332\$320 réis; dadia de mr. Herrmann (coupons) 2.000\$000 réis. Total 2.889\$640 réis.

A despeza na mesma epocha foi a seguinte: Prestações (53) 318\$000 réis; matrículas (12) 149\$000 réis; ordenados ao cobrador (14) 50\$400 réis; recursos extraordinarios (a differentes) 23\$000 réis; empréstimos (3) 72\$000 réis; despeza com a receita de mr. Herrmann 14\$170 réis; imprensa da universidade 4\$350 réis; despeza na secretaria 4\$660; gratificação ao cobrador 2\$000 réis; somma 647\$580 réis; saldo effectivo em cofre 2.242\$060 réis. Total 2.889\$640 réis.

Chegou hontem (18) a esta cidade a sr.ª Emilia das Neves e Sousa, escreve o mesmo jornal. A distincta actriz, conjuntamente com alguns academicos, dará amanhã e no dia immediato a seguinte representação: o 5.º acto da *Adriana de Lecouvreur*; os comediantes de *El-Ito*; ou a actriz no tempo de *Luiz XIV*, comedia n'um acto; e *Eugenia*, ou o *irmão e a irmã*, comedia n'um acto.

Para ambas as recitas acham-se já vendidos todos os camarotes.

Aveiro—O *Campeão das Provincias* publica os seguintes balançes do movimento da caixa economica d'esta cidade relativos aos dois mezes findos do corrente anno:



Dinheiro em caixa em 31 de dezembro de 1859.....

308,435

797,615

## SAÍDAS

Depósitos restituídos..... 79,235  
Empréstimos..... 412,540  
Juros pagos..... 21,820  
Despesas..... 88,400  
Saldo em caixa em 31 de janeiro..... 195,620

797,615

Valor dos depósitos existentes em 31 de janeiro (compreendendo a quantia de 95,280 réis de juros capitalizados)..... 4,035,305

Valor em letras existentes em 31 de fevereiro..... 3,866,030

Escritório da caixa económica 3 de fevereiro de 1860.—A. de Sá Barreto, secretario.

Balanço do mez de fevereiro.

## ENTRADAS

Depósitos recebidos..... 91,8505  
Letras idem..... 167,820  
Juros idem..... 24,630  
Saldo do mez antecedente..... 195,620

479,9055

## SAÍDAS

Depósitos restituídos..... 38,945  
Empréstimos..... 402,420  
Saldo em caixa em 29 de fevereiro..... 38,9290

479,9055

Valor dos depósitos existentes em 29 de fevereiro..... 4,088,485

Valor das letras existente em 29 de fevereiro..... 4,101,130

Escritório da caixa económica, 3 de março de 1860.—A. de Sá Barreto, secretario.

Porto.—Por alvará expedido ultimamente pelo governo civil foram nomeados José Ferreira dos Santos Silva, José Carlos Lopes e Domingos Pinto de Faria, para membros de uma comissão de inquérito á companhia de moagens a vapor, denominada Ceres, conforme fôra ordenado em portaria do ministério das obras publicas, repartição do commercio, datada de 3 do corrente.

No dia 19 do corrente, diz o Commercio do Porto, reuniram-se em assembleia geral os accionistas da companhia de mineração, Perseverança, de baixo da presidencia do sr. Eugenio Ferreira Pinto Basto.

Este cavalheiro apresentou um relatório em que mostrava a importancia dos valiosos jazigos metalíferos, que esta companhia possui, e o futuro lição que deve compensar sobejamente todos os sacrificios já feitos, e que convenia ainda fazer-se, comprehendendo-se novos trabalhos de grande vantagem á sua futura prosperidade.

Resolveu-se que se pedisse aos accionistas uma prestação de 4500 réis por acção, incluindo-se n'esta somma 16250 réis, importancia da ultima prestação pedida, que será deduzida áquelles que tiverem realizado a sua entrada.

Procedeu-se por fim á eleição da direcção e commissão de exame de contas que ficaram compostas dos seguintes srs.:

Direcção.—Eugenio Ferreira Pinto Basto, Roberto Wanzeller, José Alves de Oliveira, Alfredo Allen e Antonio José de Sousa e Silva.

Commissão de contas.—Visconde de Castro Silva, Antonio Ferreira Baltar e Joaquim Ferreira Monteiro Guimarães.

Povo de Varzim.—No boletim do governo civil que publicam as folhas portueuses lê-se que em a noite de 12 do corrente falleceu repentinamente n'esta villa uma mulher por nome Maria Palheira; e havendo suspeita de que ella se suicidara com veneno, procedeu-se a autopsia no cadaver da fallecida, e está-se procedendo também ás convenientes indagações para se saber se o veneno foi propinado por algum interessado na morte da referida mulher.

Murça.—Segundo se lê no Porto e Carta, o grande temporal, que houve no dia 13 do corrente em alguns logares da provincia de Trás os Montes, lançou por terra o pelourinho d'esta villa.

Mondim de Basto.—No dia 15 do corrente, escreve o Commercio do Porto, teve lugar n'esta villa o baptismo solenne de uma senhora protestante, que entrou no gremio do catholicismo. E a esposa do sr. D. Francisco de Almeida, engenheiro das obras da ponte do Mondim.

A conversação recebeu o baptismo o nome de Carolina.

Esta sollemnidade causou no povo um alvoroço de alegria, e houve musica, repiques de sinos e fogo de ar.

Foi uma verdadeira festa.

Na igreja matriz, que estava armada, houve missa cantada e sermão.

Depois do baptismo, cahiu sobre a baptisada uma chuva de flores, que lhe lançavam os assistentes.

Só a verdadeira crença religiosa pôde assim manifestar-se de um modo tão tocante e tão repassado da ideia do céu!

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 20 do corrente, e de Paris até 16.

São de pouca importancia os despachos telegraphicos, recebidos do theatro da guerra. No acampamento não occorria novidade; e no dia 19 do corrente, data das ultimas noticias, continuava com a actividade possível o desembarque dos objectos, que ainda se acham a bordo dos navios.

Alem dos despachos, que contém estas noticias, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

## DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pela Correspondencia de Espanha:

Paris, 19 de março.—Austria declarou que se pronunciará contra qualquer violação do direito da neutralidade suíça, garantida por meio de um tratado.

Paris, 20.—O bispo de Orleans, M. Dupanloup, foi absolvido.

Londres, 20.—Sir Kinglake deu na camera dos communs algumas explicações relativas á annexação da Saboya.

Lord John Russell pediu encarecidamente aos membros da camera que depositem inteira confiança no patriotismo do governo, que em occasião oportuna dará explicações ao parlamento.

Napoles, 17.—Na fronteira ha grande agitação. Marselha, 18.—O ministro inglez reuniu em Constantinopla o corpo diplomatico, e tomou a defeza da contribuição relativa ao aluguer das casas dos europeus. O embaixador da Russia oppoz-se, e teve maioria entre os seus companheiros. Depois de uma conferencia com o visir, decidiu-se que não serão adoptadas medidas violentas.

Foi recebida pelo sultão uma deputação servia, que solicitou a investitura da dignidade de hospedar para o principe Miguel, caso falleça o seu pae, principe Miloch.

O sultão concedeu essa investitura, não a titulo

de herdeiro, mas só para consolidar a tranquillidade publica.

Turim, 18.—Soltam-se algumas queixas contra a pouca energia do governo francez, que parece recuar perante as ameaças do Vaticano.

Napoles, 18.—Diz-se que a Austria reprovára os desterros ordenados pelo governo d'este paiz, e que alguns d'estes foram revogados. Os embaixadores francez e inglez tambem aconselharam ao governo de sua magestade que proceda com prudencia.

Londres, 18.—Lord John Russell apresentará amanhã (19) o projecto de reforma, que em segunda leitura será votado pela camera dos communs.

Paris, 19.—Crê-se que a Inglaterra e a Prussia protestarão contra a annexação da Saboya á França: a isto respondem os jornaes ministeriaes que a França tomará em consideração o protesto d'essas potencias.

Duvida-se de que Napoles possa ceder os 15,000 homens que devem substituir os francezes em Roma.

## FRANÇA

Os jornaes francezes transcrevem do Nord (jornal belga) uma parte da resposta, que o cardeal Antonelli ultimamente dirigiu á nota de mr. de Thouvenel, relativamente á questão romana. Essa resposta foi expedida de Roma no dia 29 de fevereiro ultimo.

O Nord, que apenas publica uma parte d'esse documento, mas que analisa o resto, afirma que a nota em questão reproduz exactamente as ideias do governo austriaco. O cardeal Antonelli vê em tudo quanto se fez na Italia a mão do Piemonte: foi o Piemonte que provocou todas as insurreições; ou, melhor ainda, foi elle que as fez: a metade da nota versa sobre este assumpto. Ora o Piemonte, em relação á Romania, é um paiz estrangeiro; e como a guerra na Romania foi feita por um paiz estrangeiro, deve permittir-se que os paizes estrangeiros vão tambem combate-la. O cardeal diz, alem d'isto, que o papa não pôde aceitar os conselhos da França, porque obedece a uma potencia superior, que não dará um passo sem que lhe seja restituída a Romania, e que o exemplo de Pio vi, invocado por mr. de Thouvenel, não colhe: este papa cedia á força, que é essencialmente transitória, em quanto que Pio ix luta contra um principio, cujas consequências se tornariam irresistíveis e incalculáveis. Em resumo, o cardeal Antonelli declara-se abertamente contra o direito popular e a favor do direito de intervenção.

## PIEMONTE

As correspondencias de Turim occupam-se quasi exclusivamente da votação que acaba de ter lugar na Italia central, e sustentam pela maior parte que o Piemonte vae tomar immediatamente posse das novas provincias; porém, segundo a Independance Belge, esta posse immediata será duvidosa, pelo menos na parte relativa ás Legações. A excommunição papal seria a consequencia de semelhante passo.

Affirma-se que a quarta divisão do exercito piemontez (divisão Cialdini, que está na Lombardia) recebeu ordem para fazer os seus preparativos de marcha.

As forças navaes tambem receberam communiicações identicas. Uma parte da esquadra recebeu ordem para se conservar no porto de Genova, prompta para partir, o mais tardar no dia 25 do corrente. Suppõe-se que ella deve transportar forças para a Toscana. Estas forças serão, segundo se suppõe, dois regimentos de granadeiros lombardos, uma brigada de infantaria, um batalhão de bersaglieres e um regimento de couraceiros. Esta divisão será commandada pelo general Durando.

Deu-se ordem para outro movimento militar. A divisão Mollaw deve concentrar-se ao sul do Minicio, no angulo que este rio fórma com o Pó, em frente de Mantua.

A correspondencia, que dá os promenores que acima transcrevemos, acrescenta o seguinte:

«Como continuava a fallar-se das resistencias do gabinete francez, correm a este respeito boatos muito contraditórios. Farini offereceu ao gabinete de Paris um meio de manter a autonomia da Toscana, pela formação de um governo especial e geral na Toscana, por exemplo, tendo á frente o principe Carignan. Não será um estado separado, mas uma administração de alguma forma independente.

Em quanto por uma parte a Emilia será dividida em pequenos governos provinciaes, como o Piemonte e a Lombardia, a Toscana terá uma especie de vice-realeza. O boato relativo a esta combinação tem tomado muita consistencia, e suppõe-se geralmente que as futuras resoluções serão feitas de accordo com estas bases.

«No Piemonte e Lombardia as eleições terão lugar no dia 25 do corrente; porém o parlamento só se reunirá no dia 12 de abril proximo....»

Um despacho telegraphico, publicado pelo Times, dá alguns esclarecimentos relativos á manobra por que deve realizar-se a cessão da Saboya. Já se não trata do suffragio universal, o acto principal e decisivo será um tratado particular entre a França e o Piemonte, consentindo esta ultima potencia em ceder a Saboya e Niza á França, da mesma maneira por que recebeu a Lombardia. Todavia as municipalidades serão chamadas a emitir o seu voto.

Os governos francez e piemontez communicarão ás potencias estrangeiras, motivando-as, as convenções territoriaes que fizeram entre si.

Segundo se affirmava, o Piemonte cederá a Saboya até ao monte Cenis, e o condado de Niza até Villafraça, incluindo-se na cessão esta ultima cidade.

A França ficará com os districtos de Chablais e de Faucigny.

As concessões offerecidas á Suíça limitar-se-hão a facilidades commerciaes, e talvez á neutralisação dos cantões de Faucigny e de Geneve.

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

## MOVIMENTO MARITIMO

## BARRA DE LISBOA

Dia 23 de março de 1860

## EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Minho, paquete inglez a vapor, capitão J. W. Beggs, de Liverpool em 5 1/2 dias, com fazendas, ferro, e mais generos a G. A. Hancock & C.; 17 pessoas de tripulação, 1 mala, e 2 passageiros. Entrou hontem ás 9 horas da noite.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 15 horas, com fazendas e encomendas a G. A. Hancock & C.; 31 pessoas de tripulação, 1 mala, e 56 passageiros.

Senhora da Piedade, cahique portuguez, mestre B. L. da Rosa, de Villa Nova de Portimão em 5 dias, com vinho e mais generos; 11 pessoas de tripulação, e 12 passageiros, que são: Luiz Antonio Vieira, Antonio dos Martyres, José Antonio, Antonio Polycarpo, José da Encarnação, Antonio Maria Moreira, João Antonio da Silva, Luiz Antonio Borralho, Bernardo dos Santos, Manuel Ferreira, Francisco Lourenço, maritimos; Maria José; portuguezes.

Divina Providencia, hiate portuguez, mestre S. J. Salgado, de Almeria em 17 dias, e de Villa Nova de Portimão em 6, com chumbo ao mesmo mestre; 9 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: João Fernandes, Bernardo Cadete, Patricio da Rosa, maritimos, portuguezes.

Giovanni Zabume, brigue sardo, capitão E. Deam-

brosi, de Livourne em 30 dias, com trigo a M. Walsh & C.; 12 pessoas de tripulação.

Mathilde & Adelaide, patacho portuguez, capitão A. A. Rodrigues, de Demerara em 68 dias, e da ilha da Madeira em 16, com mel a Chamba & Gonçalves; 10 pessoas de tripulação. Destina-se para Cadiz, e vem arribado por causa do tempo.

Flor de Alcazar, hiate portuguez, mestre J. M. Moutinho, de Sines em 2 dias, com trigo e mais generos; 5 pessoas de tripulação.

Runnymede, brigue inglez, capitão S. Prowse, da Terra Nova em 22 dias, e do Porto em 24 horas, com bacalhau a M. Walsh & C.; 11 pessoas de tripulação.

## EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Royal Albert, nau ingleza a vapor.

Edgar, nau ingleza a vapor.

Aboukêi, nau ingleza a vapor.

Algier, nau ingleza a vapor.

Queen, nau ingleza a vapor.

Hero, nau ingleza a vapor.

Melpomene, fragata ingleza a vapor.

Mersey, fragata ingleza a vapor.

Esta esquadra é commandada pelo almirante C. Fremantle.

Diamond, chalupa ingleza, capitão J. Sansbury, para Londres com fructa e vinho; 5 pessoas de tripulação.

Senhora da Conceição, hiate portuguez, mestre F. A. dos Santos, para Villa Nova de Milfontes, com sal e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Saint Pierre, patacho francez, capitão J. B. Le-huec, para Huelva, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 23 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

## TELEGRAPHIA ELECTRICA

## BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 23 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 22

Entradas.—Portuguezes, hiates Sociedade do Mondego, da Figueira, em 4 dias; Senhora da Guia, de Setubal, em 7 dias.—Inglezes, brigue Wood-side, e escuna Extremadura; ambos de Glasgow, o primeiro em 14 dias, e o segundo em 11.

Saídas.—Portuguezes, vapor Lusitania, para Lisboa; brigue Esperança, para Pernambuco; patacho Novo Activo, para o Rio Grande do Sul.—Inglezes, brigues Annie Laurie, para Cadiz; Melina, para Teignmouth; Runnymede, para Lisboa; patacho Argyle, vindo da Terra Nova em 32 dias, na navegação para a Figueira.

Fôra da barra fica a barca portugueza Paraense. O mar está bom.—O vento esteve NE. e NO., agora N.; regulares.

De Vianna do Castello, do dia 22

Não entrou embarcação alguma.

Saídas.—Escuna Victoria, para Lisboa, com milho; cahique Moreira de Aveiro, para Aveiro, com milho.

Em Espozendo no dia 18, saiu o cahique Nogueira, para Vianna; e nos dias 19 e 20 não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Caminha, do dia 22

Saídas.—Hiate Dois Amigos, para Malaga; rascas Conceição de Aveiro, para Aveiro.

Mar picado.—Vento NNO.

De Aveiro do dia 20

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 21

Entrou a escuna russiana Rubert, vinda de Lisboa, em lastro.

Da Figueira, do dia 22

Entradas.—Portuguezes, bateira Isabel, de Lisboa, com varios generos; destina-se para o Porto, e vem arribada; cahique Bom Jesus, de Vianna, com milho.

Saiu o patacho inglez Fanyz, para Londres, com laranja.

Mar agitado.—Vento NNE.

Da Ericeira, do dia 22

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento N. fresco.—Tempo nevoado.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 22

Entrou o vapor portuguez D. Luiz, de Lisboa, em 1 dia, com carga e passageiros.

Saiu o vapor inglez Marley Hill, para Liverpool, com mineral.

O mar bom.—Vento SO. bonançoso.—Atmosfera clara.

De Tavira, do dia 22

Communicou o vapor portuguez D. Luiz n'este porto, pela uma hora da tarde, vindo de Lisboa e mais portos de sua carreira, e seguiu seu destino para Villa Real de Santo Antonio.

Saídas.—Portuguezes, botes S. João Baptista, para Villa Real de Santo Antonio, em lastro; Santo Antonio e Almas, para Lagos, com vinho e encomendas.

Bom tempo.—Vento variavel.

De Faro, do dia 22

Entradas.—Portuguezes, cahiques Senhora da Boa Viagem, de Gibraltar, em lastro; Livramento, de Setubal, com arroz e pinhão.

Saídas.—Vapor portuguez D. Luiz, para Tavira, e Villa Real de Santo Antonio.—Escuna ingleza Rubim, para Portsmouth, com cortica.

Bom tempo.—Vento SO. bonançoso.

De Setubal, do dia 22

Entradas.—Portuguezes, hiates Bom Jesus de Fão, de Lagos, em lastro; Feliz Ventura, de Villa Nova de Portimão, com encomendas; bateira Estrella de Ovar, de Lisboa, com encomendas; cahique S. Vicente Ferreira, de Olhão, com vinho; rascas Flor do Porto, de Lisboa, em lastro; Salineira, de Lisboa, vasia.

Não saiu embarcação alguma.

Vento N.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 23 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

## FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 23 de março.—3 por cento consolidado a 44,30—3 dito differido a 34,65.

Bolsa de Paris, em 23 de março.—3 por cento francez a 68,30—4 1/2 dito a 95,35.

Bolsa de Londres, em 23 de março.—Consolidados de 94 5/8 a 94 3/4.

## NOTÍCIAS SCIENTIFICAS

## OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INSTITUTO D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	757,23	12,5	69,2	NNO.
3 t.	757,00	13,7	50,1	NNO.

## DIA 22.

Maxima—temperatura..... 18,0 C.  
Minima..... 8,3 »  
Ozone (de noite)..... 7,5 »  
Ozone (de dia)..... 5,5 »  
Chuva (udometro)..... 0,9 MIL.  
Evaporação (vaporimetro)..... 5,2 »  
Altura barometrica correcta.....  
Altitude do barometro 95,1 metros.  
Temperatura á sombra.....

Continuação da subscrição promovida pela commissão de socorros em beneficio dos habitantes indigentes dos districtos de Angra e Horta, com designação do destino que a mesma commissão lhe deu.

1860 Janeiro.....	170,123
» Março.....	351,635
» Fevereiro 16—Remettido para o districto da Horta.....	37,185
Idem para Angra.....	558,943
Saldo em caixa.....	518,400
Saldo em caixa.....	40,543

Lisboa, 23 de março de 1860.—O thesoureiro da commissão, D. Pedro Pimentel de Menezes de Brito do Rio.

Productos das subscrições nos diferentes concelhos do districto de Coimbra, a favor dos moradores indigentes dos districtos de Angra e da Horta, mandadas promover por circular d'este governo civil, n.º 44, de 30 de junho de 1859, e solicitadas por officio da commissão encarregada de promover donativos em beneficio dos mesmos, com data de 20 do mesmo mez de junho.

Arganil.....	22,230
Cantanhede.....	2,045
Coimbra.....	2,045
Condeixa.....	2,045
Figueira da Foz.....	(a) 2,045
Gões.....	7,140
Lousã.....	2,045
Mira.....	2,045
Miranda do Corvo.....	(b) 2,045
Monte-mór o Velho.....	12,060
Oliveira do Hospital.....	2,045
Pampilhosa.....	15,560
Penafiel.....	2,045
Penella.....	2,045
Poiães.....	(c) 2,045
Sour.....	2,045
Talva.....	8,500
Somma.....	92,815

(a, b, c) Ainda não responderam os respectivos administradores.

Secretaria do governo civil de Coimbra, 13 de março de 1860.—Servindo de secretario geral, o primeiro official, Jacinto Eduardo de Brito Seixas.

## AVISOS

## GREMIO NACIONAL

São convidados todos os artistas e operarios da freguezia de Santa Engracia, e circunvisinhas, e bem assim todas as mais pessoas que desejarem pertencer a esta nova associação, a concorrer á reunião publica, que ha de ter lugar no proximo domingo 25 do corrente, ás onze horas da manhã, na rua direita de Santa Apolonia n.º 10, 2.º andar.

## MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

A junta administrativa annuncia que na quinta-feira 29 do corrente mez, pelas duas horas da tarde, terá lugar o pagamento do 1.º rateio das pensões do 1.º semestre de 1860 aos pensionistas d'esta associação, e continuará o referido pagamento em iguaes dias e horas das seguintes semanas.

É indispensavel a apresentação das certidões de vida e estado.

Lisboa, 21 de março de 1860.—O presidente da junta, Olympio Joaquim de Oliveira.

## ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assemblea geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 24 do corrente, pelas 7 1/2 horas da noite, para continuar a discussão de algumas propostas sobre a reforma dos estatutos.

Lisboa e sala da associação, aos 14 de março de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.